



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 682313 - PR (2021/0232085-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : WELLSON DE ALMEIDA LOUZADA  
**ADVOGADO** : WELLSON DE ALMEIDA LOUZADA - MG111812  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : THAIZA DA SILVA DE CASTRO (PRESO)  
**CORRÉU** : GENESIO EUGENIO DE SOUZA  
**CORRÉU** : DELSO EUGÊNIO DE SOUZA  
**CORRÉU** : VALÉRIA FERNANDES VIEIRA  
**CORRÉU** : JOICE ALVES CARNEIRO  
**CORRÉU** : EDIMAR PEREIRA CANGUSSU  
**CORRÉU** : JULIANA RODRIGUES LOPES FERREIRA DAS SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THAIZA DA SILVA DE CASTRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0038951-13.2021.8.16.0000).

A paciente foi presa pela suposta prática do crime previsto no artigo 2º, parágrafos 2º, 3º e 4º, inciso I, da Lei n. 12.850/2013. Efetuado pedido de substituição da prisão preventiva pela domiciliar, pois a paciente é mãe de duas crianças menores de 12 anos, o pleito foi indeferido pelo Juízo processante.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida.

O impetrante sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva não estaria devidamente fundamentada.

Alega que o Juízo de primeiro grau indeferiu o pleito de prisão domiciliar e determinou a elaboração de estudo social na residência em que atualmente se encontram residindo os filhos menores da paciente, para verificar se estão sendo dispensados cuidados adequados aos menores.

Afirma que não foram apontados fundamentos concretos para a necessidade de prévio laudo para a análise da substituição da prisão.

Aduz que a necessidade dos menores de contarem com os cuidados da mãe seria presumida.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois

não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância. [...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular, porquanto, a decisão impetrada encontra-se bem fundamentada, tendo a autoridade coatora exposto as razões pelas quais indeferiu o pedido de conversão da prisão preventiva em domiciliar, nos seguintes termos (e-STJ fl. 39):

*O fato de a Paciente ter dois filhos menores de seis anos idade também não a isentada segregação cautelar, até porque, não há nada de prova no sentido de que os menores estavam sob os seus cuidados exclusivos e que estejam desamparados em razão da sua prisão. Aliás como bem destacado pela magistrada, a quo, "prudente a prévia realização de estudo social na residência em que atualmente se encontram residindo os filhos menores de 12 (doze) anos da ré THAIZA DA SILVA DE CASTRO, como forma de elucidar se estão sendo dispensados. Logo, por ora, inexistente qualquer elemento concreto que indique cuidados adequados aos menores" necessidade de substituição da segregação por prisão domiciliar.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência